

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 49.777 - MG (2015/0289520-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **CLAUDIO PINTO DE PAIVA JUNIOR**
ADVOGADO : **FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO E OUTRO(S)** -
MG107966
RECORRIDO : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADOR : **JASON SOARES DE ALBERGARIA NETO E OUTRO(S)** -
MG046631

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por **CLAUDIO PINTO DE PAIVA JUNIOR**, com base no art. 105, II, *b*, da Constituição da República, contra acórdão prolatado pela 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assim ementado:

“EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA FALSIDADE IDEOLÓGICA (POR ONZE VEZES), PECULATO (POR ONZE VEZES) E FRAUDE PROCESSUAL - APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR - SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA - DECISÃO PRIMEVA FUNDAMENTADA - ELEMENTOS CONCRETOS - DENEGACÃO DA SEGURANÇA” (e-STJ, fl. 462).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 487-495).

Narram os autos que foi ofertada denúncia contra o recorrente pela prática dos delitos previstos no art. 299, parágrafo único (por onze vezes), na forma do art. 71, e no art. 347, na forma dos arts. 29 e 69, todos do Código Penal. Ademais, o juízo competente aplicou medida cautelar diversa da prisão, consistente no afastamento do acusado de seu cargo público, sob fundamento da conveniência da instrução criminal.

Neste recurso, a defesa sustenta que a referida decisão está em desacordo com o ordenamento jurídico vigente, uma vez que não se pode justificar a aplicação da cautelar supramencionada ao enfatizar que as condutas imputadas ao denunciado encontram-se provadas antes do término da instrução penal, posto que isto equivale a uma antecipação do juízo de mérito.

Alega, ainda, que os fundamentos referentes à autonomia entre os poderes, não culpabilidade, antecipação do julgamento de mérito e ofensa ao princípio da imparcialidade não foram devidamente apreciados, sendo cabível a reforma do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja concedida a recondução do recorrente ao cargo de vereador do Município de Mateus Leme, para o qual foi eleito (e-STJ, fls. 499-505).

Contrarrazões às fls. 516-518 (e-STJ). Admitido o recurso (e-STJ, fl. 510).

O Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 553-555).

É o relatório.

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu este recurso, pois, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

16/4/2018, o Juízo da 2ª Vara Cível, Crime e VEC da Comarca de Mateus Leme/MG julgou parcialmente procedente a denúncia, condenando o recorrente às penas de 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão e 1 mês de detenção, no regime aberto, substituída por penas restritivas de direitos, sendo, ainda, suspenso os seus direitos políticos pelo prazo do cumprimento da pena (Ação Penal n. 0029437-07.2014.8.13.0407).

Desse modo, a discussão posta acerca da suspensão do exercício da função pública encontra-se superada.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso em mandado de segurança, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

